Aos doze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezanove, na sala de sessões do edifício da Junta de Freguesia da Raimonda, reuniu a Assembleia de Freguesia, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1- Leitura, apreciação e votação das atas das Assembleias Ordinária e Extraordinária anteriores;

2 - Apreciação e votação do Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações da Junta de Freguesia à data de 31/12/2018;

3 - Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2018;

4 – Apreciação e votação do Mapa de Execução do Plano Plurianual de Investimentos do ano de 2018;

5 – Apreciação e votação de proposta de criação nova taxa;

6 – Atividade corrente;

7 – Outros assuntos.

Foi aberta a sessão, às vinte e uma horas, pelo Presidente da Assembleia de Freguesia, estando presentes os seguintes membros:

- O Presidente – Rui Pedro Duarte de Sousa.

- 2ª Secretária – Vera Sílvia Meireles Martins

- Membros - Fernando Venâncio Ribeiro Martins, José Luís Soares Martins, Ana Rita Pontes de Sousa, Liliana Soraia Oliveira Santos, Hélder Roberto Moura Gonçalves , Rui Cândido da Cunha Andrade, Maria Alcina Silva Neto.

Participaram ainda na sessão os seguintes membros do Executivo da Junta de Freguesia:

- O Presidente – Jocelino Gonçalves Moreira

- O Secretário – António Manuel Martins Valente dos Santos

- A Tesoureira - Ana Cristina Meireles Martins

O Presidente da Mesa antes da ordem de trabalhos, começou por perguntar se algum dos presentes no público tinha alguma questão a apresentar. Não havendo questões da parte do público, deu início à sessão.

Ponto número Um: Leitura, apreciação e votação das atas das Assembleias Ordinária e Extraordinária anteriores;

As atas foram enviadas atempadamente a todos os presentes. Foi dada a oportunidade para colocarem questões, mas nenhum dos presentes fez observações, pelo que se passou à votação. Em relação à ata ordinária de 23 de novembro foi aprovada com oito votos a favor e uma abstenção por parte do elemento do Partido Socialista, Ana Rita Pontes de Sousa. A ata extraordinária de 22 de fevereiro foi aprovada com oito votos a favor e uma abstenção por parte do elemento do Partido Socialista, Ana Rita Pontes de Sousa.

Ponto número Dois: Apreciação e votação do Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações da Junta de Freguesia à data de 31/12/2018;

A senhora Tesoureira da Junta começou por explicar que os documentos já tinham sido enviados atempadamente aos elementos da Assembleia de Freguesia pelo que estava disponível para o esclarecimento de possíveis dúvidas. Mencionou que foram acrescentados o computador, biotriturador e “mecos” que foram aquisições de 2018. Foram dados esclarecimentos em relação ao ponto 2 e feita de seguida a votação, tendo sido o ponto aprovado por unanimidade.

Ponto número Três- Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2018;

A senhora Tesoureira da Junta referiu que a informação já tinha sido enviada a todos os elementos e que nestes documentos estavam englobados os orçamentos retificativos, estando disponível para esclarecimento de possíveis dúvidas. Pediu a palavra o senhor Rui Andrade que questionou em relação ao mapa da despesa, a rubrica “seminários, exposições e similares” e “associações culturais e recreativas”, como se justificam os gastos. A senhora Tesoureira da Junta justificou que os gastos com o ATL no ano de 2018 aumentaram a despesa, assim como a receita, uma vez que os pais pagaram uma parte. Os valores não estão especificados, mas foram à volta de 75% da totalidade da rubrica.

Em relação às associações, as despesas relacionam-se com donativos, ao Rancho Folclórico 1000 euros, ao CCRR 1500 euros, ao Centro Social 1000 euros, aos Bombeiros de Freamunde 250 euros. O senhor Rui Andrade perguntou onde estava mencionada a despesa com o Centro de Compostagem e foi esclarecido pela senhora Tesoureira que estes valores estão incluídos na rubrica “viadutos, arruamentos e obras complementares”, mas para qualquer esclarecimento em relação aos valores exatos, está disponível para fornecer. Referiu que o biotriturador está a ser pago em prestações, se possível será pago na totalidade até ao final de 2020, ou o mais tardar até ao fim do mandato. De seguida foi feita a votação em relação ao ponto 3, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Ponto número 4 - Apreciação e Votação do Mapa de Execução do Plano Plurianual de Investimentos do ano de 2018;

O Executivo mencionou que já havia enviado a informação relativa a este ponto a todos os presentes, pelo que estava disponível para esclarecimentos.

O senhor Rui Andrade mencionou que vê por parte da Junta uma grande aposta no ambiente, e que não tem nada contra, mas considera que o Plano Plurianual de Investimentos não reflete os gastos associados. O senhor Presidente da Junta referiu que para este fim é necessária muita imaginação e aproveitar os recursos de que dispõe, tal como o funcionário da Junta e o trator e acrescenta que, no fundo, o gasto foi com o biotriturador. A senhora Alcina Neto referiu que este acordo do biotriturador deveria estar mais explícito numa das rubricas, embora tenha noção que já estão descritas muitas rubricas. O senhor Secretário da Junta acrescentou ainda que às vezes há atividades que nem envolvem muita despesa, mas mais tempo ou disponibilidade. O senhor Presidente da Junta mencionou que a freguesia tinha quatro ecopontos e que agora tem nove; que foram entregues a custo zero à população cerca de 3000 sacos para reciclagem, fornecidos pela Ambisousa; que plantaram sebes também sem custos e que muito do que fazem depende essencialmente de imaginação e trabalho.

Não havendo mais questões a esclarecer o ponto 4 foi levado a votação tendo sido aprovado por unanimidade.

Ponto número 5- Apreciação e votação de proposta de criação nova taxa;

Em relação a este ponto, o senhor Secretário da Junta explicou a razão da proposta de criação de taxa. Havendo trituração de verdes, há composto para oferecer, mas é necessário o transporte deste composto para casa das pessoas. Foram já solicitados pela população para esta questão e consideram que uma vez que o transporte do composto envolve despesas, deveriam aplicar uma taxa. Este assunto não foi mencionado na assembleia anterior porque ainda não tinham sido abordados para esta questão.

O senhor Rui Andrade perguntou se esta taxa seria aplicada só na distribuição ou também na recolha, pois considera que há mais abuso na recolha do que na distribuição e que por vezes o funcionário carrega grandes quantidades de verdes sozinho e acha que nesses casos também deveria haver uma taxa. O senhor Secretário da Junta refere que o funcionário tem indicações para combinar as datas de recolha com as pessoas e que não a deverá fazer sozinho, mas sim com a ajuda de quem requereu a recolha, pois considera isso um abuso e essas situações, quando acontecerem, devem ser comunicadas ao Executivo. Em relação à possibilidade de colocarem uma taxa de recolha de verdes, não concorda, pois refere que ainda se está a criar este hábito na população, e a aplicação de uma taxa poderia conduzir as pessoas a colocarem os verdes novamente nos contentores. O senhor Presidente da Junta refere a este propósito que ainda estão a começar e têm de promover e incentivar a recolha de verdes, que no início foi difícil mas que já se nota mais adesão por parte das pessoas, embora haja ainda quem não o faça; já tiveram a visita de outros Executivos para verem como funciona o Centro de Compostagem. Considera que a recolha de verdes é uma boa medida e agradece todas as ideias que possam ser dadas neste sentido, contribuindo para um melhor ambiente.

A propósito do valor da taxa, o senhor Presidente da Assembleia perguntou se fará sentido o valor estipulado ser à hora, pois poderá haver casos em que, por exemplo, o serviço dura apenas meia hora e a população pode achar que só deve pagar metade. Foi debatida esta questão e ficou decidido manter o texto original. O ponto número 5 foi levado a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

Ponto número Seis- Atividade corrente;

Em relação a este ponto, o Executivo fez chegar um documento com a atividade desenvolvida desde a última assembleia, não suscitando qualquer pedido de esclarecimento. Não havendo nenhuma questão passou-se para o ponto seguinte.

Ponto número Sete- Outros assuntos;

A senhora Vera Martins falou da aproximação da data das matrículas para o jardim de infância e para a escola e pediu a colaboração de todos os elementos na divulgação da necessidade de matricular mais crianças na escola de Raimonda.

O Senhor Hélder Gonçalves agradeceu o convite endereçado pelo Executivo a propósito da inauguração do Ano Municipal do Ambiente, passando a colocar algumas questões, nomeadamente em relação ao facto do Presidente da Câmara ter dito que em todo o concelho já havia luzes led, no entanto em Raimonda ainda faltam, pelo que perguntou se a Junta tinha dado conhecimento desta falta à Câmara. O senhor Presidente da Junta referiu que as luzes estão pedidas e em breve haverá novidades. O senhor Hélder Gonçalves perguntou se já há algo em vista para a Rua da Aldeia Nova e também como será em relação ao ATL para este Verão. O senhor Presidente da Junta em relação à Rua da Aldeia Nova respondeu que já veio a Raimonda a engenheira Isabel, da Câmara e que já falaram com os donos do muro para saber se recuavam o mesmo e o assunto está em resolução. Quanto ao ATL o Senhor Presidente da Junta disse que no ano passado como não haveria ATL assegurado pelo Centro Social tiveram de resolver a questão da escola, mas que agora será diferente. A senhora Alcina Neto perguntou para quando as lombas na estrada principal e o senhor Presidente da Junta referiu que já está aprovada a sua colocação, embora não haja datas previstas.

De seguida o senhor Venâncio Martins louvou o facto de ter estado em Raimonda o senhor Secretário de Estado da Defesa do Consumidor e mencionou que deveriam ter estado presentes elementos de outros partidos políticos, nomeadamente do PSD local. Estes lamentaram o facto de não terem estado presentes e referiram que não tiveram essa possibilidade por motivos pessoais e profissionais.

O senhor Hélder Gonçalves leu um excerto de uma ata anterior, em que o Executivo explicava a razão, para no ano de 2018 não ter promovido o ATL a crianças que já não frequentavam o Centro Escolar e perguntou como seria este ano. O Executivo assegurou que estão a pensar no assunto do ATL para crianças que já não frequentam o Centro Escolar e a analisar propostas e que há um compromisso em fazê-lo. O senhor Presidente da Assembleia questionou se seria a Associação de Pais a assegurar o ATL na escola, nas férias. O Executivo respondeu que não tinha conhecimento, mas julgava que sim e que não seria a Junta a assegurar o ATL das crianças que frequentam o Centro Escolar.

O senhor José Martins interviu, referindo que o ATL dos meninos que frequentam o Centro Escolar será assegurado pela Associação de Pais.

De seguida a senhora Soraia Santos felicitou o Executivo pelas obras de melhoramento do espaço interior da Junta, nomeadamente no Salão Nobre, gesto que o senhor Presidente da Junta agradeceu.

Nada mais havendo a ser tratado, foi pelo Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia encerrada esta Assembleia pelas vinte e duas horas e vinte e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, sob responsabilidade da 2ª Secretária Vera Sílvia Meireles Martins, que vai ser assinada nos termos da Lei por todos os presentes.